



SENADO FEDERAL

Comissão de Educação e Cultura
27ª Reunião Extraordinária – 27/8/2025
Resumo da Audiência Pública Interativa

Finalidade: Debater o Projeto de Lei nº 2614/2024, que institui o novo Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034.

Requerimento relacionado: [REQ 3/2025 - CE](#) (Senadora Teresa Leitão); [REQ 19/2025 - CE](#) (Senadora Teresa Leitão); [REQ 21/2025 - CE](#) (Senadora Damares Alves); [REQ 23/2025 - CE](#) (Senadora Professora Dorinha Seabra); [REQ 35/2025 - CE](#) (Senador Hamilton Mourão)

Projeto de lei relacionado: [PL 2614/2024](#) (Poder Executivo)

Participantes: Lúcia Maria Teixeira, presidente do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior (SEMESP); Catherina Rigato, gerente de operações do Instituto Sonho Grande; Henrique Lago da Silveira, vice-presidente da Associação De Olho no Material Escolar; Rodolfo Barreto Canonico, representante da Associação de Desenvolvimento da Família/Family Talks; Beatriz Soares Benedito, analista do Instituto Alana; Mariana Breim, diretora de Políticas Educacionais do Instituto Península; e Adriana Moreira, representante da União de Núcleos de Educação Popular para Negras, Negros e Classe Trabalhadora (UNEafro Brasil).

Lúcia Maria Teixeira, presidente do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior (SEMESP)

Principais tópicos abordados pela convidada:

- ✓ O Semesp tem a missão de colaborar para a construção de políticas públicas que ampliem o acesso, assegurem a permanência, promovam a qualidade e fortaleçam a diversidade institucional da educação superior.
- ✓ As instituições representadas pelo Semesp correspondem a mais de 70% das matrículas do ensino superior brasileiro.
- ✓ Conforme dados do Censo de 2023, os centros universitários e as faculdades correspondem a 44% das matrículas no ensino superior e 80% dos alunos se encontram na rede privada. Assim, se o PNE tiver foco nas universidades que se dedicam apenas à pesquisa, deixará de fora grande parte do sistema.



SENADO FEDERAL

- ✓ Menos de 20% dos jovens brasileiros de 18 a 24 anos estão matriculados no ensino superior.
- ✓ Desde 2019, o Prouni perdeu 34% dos estudantes beneficiados.
- ✓ O Semesp tem se articulado com Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea) e com os Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia (Creas) para valorizar a engenharia, reconfigurar os currículos e atrair jovens para cursos da área, pois isso é essencial para o desenvolvimento tecnológico do Brasil.

Principais recomendações da convidada:

- ✓ Incluir, no art. 3º do PNE, a valorização da pluralidade institucional.
- ✓ Reconhecer a diversidade institucional do sistema de ensino superior brasileiro no PNE, incluindo faculdades que se dedicam ao ensino, à inovação pedagógica e à inserção regional.
- ✓ Ampliar o número de vagas e reforçar a democratização do acesso, inclusive com novas tecnologias, para que o aluno entre e permaneça no ensino superior, concluindo sua formação.
- ✓ Incorporar inclusão digital, inovação pedagógica e formação docente tecnológica entre os objetivos estratégicos no novo PNE.
- ✓ Estabelecer novos parâmetros de qualidade para a graduação, que considerem também as diferenças entre o ensino presencial e o ensino à distância (EaD), pois os critérios atuais ainda estão atrelados ao modelo presencial. Ademais, que a avaliação de qualidade inclua itens como empregabilidade, inovação didática, uso de tecnologias e resultados da aprendizagem.
- ✓ Controlar e melhorar a evasão de estudantes no ensino superior brasileiro, tanto nas instituições de ensino particulares, quanto nas instituições públicas, por meio do fortalecimento do Programa Universidade Para Todos (PROUNI) e do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES).
- ✓ Focar nos cursos de licenciatura, para evitar uma evasão de professores.
- ✓ Reconfigurar os cursos de engenharia, considerando que apenas 1% dos alunos brasileiros da escola básica atingiu alto desempenho no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA).
- ✓ Valorizar não apenas a pós-graduação *stricto sensu*, mas também a *lato sensu*, por ser a principal via de formação continuada. Criar um censo da pós-graduação e reequilibrar políticas de regulação e financiamento desse nível de formação.
- ✓ Valorizar os docentes, por meio do estabelecimento de planos de carreira estruturados, aumento do número de licenciados, fornecimento de assistência estudantil específica para o aluno de licenciatura, inclusão de competências de ciência, tecnologia,



SENADO FEDERAL

engenharia e matemática (STEM) na formação inicial e continuada, além de fortalecimento dos professores como agentes da transformação.

✓ Estabelecer parâmetros próprios de qualidade para a EaD, que incluam permanência, engajamento, suporte estudantil, modelos inovadores de aprendizagem ativa, uso de recursos digitais de qualidade e formação docente continuada, pois essa modalidade de ensino, além de não ser mais marginal, é estratégica para democratizar o acesso. O Semesp lançou um observatório de EaD, que vai propor metas de qualidade e auxiliar as instituições de ensino e os próprios órgãos federais no sentido de uma avaliação específica.

Catherina Rigato, gerente de operações do Instituto Sonho Grande

Principais tópicos abordados pela convidada:

✓ O Instituto Sonho Grande é uma organização sem fins lucrativos do terceiro setor, que atua desde 2015 na expansão e na implementação do ensino médio integral. Atualmente, está presente em 18 estados, abrangendo mais de 6 mil escolas integrais e mais de 1 milhão de estudantes.

✓ Os estudos de impacto da educação integral realizados pelo Instituto desde sua criação mostram que: os estudantes que têm a oportunidade de passar pelo ensino médio integral aprendem mais do que os estudantes do ensino parcial; os alunos que passam mais tempo na escola criam um vínculo maior com os professores, com a gestão e com os colegas, diminuindo em 20% a taxa de evasão escolar (inclusive de alunos com atraso escolar); os estudantes do integral têm uma maior chance de ingressar no ensino superior; os estudantes pretos, pardos e indígenas têm maior chance de ingressar no ensino superior público; as cidades que implementaram o ensino médio integral conseguiram reduzir em até 50% a taxa de homicídios; as escolas de ensino médio integral têm um menor índice de violência, conforme relatos tanto de estudantes quanto de professores.

✓ A política de ensino integral, além de ser a política que mais aumentou nos últimos anos, foi a que mais teve impacto positivo, de acordo com dados do último censo divulgado. O número de matrículas integrais na educação básica oscilou nos primeiros anos de implementação, mas tem tido um crescimento constante de 2,4% ao ano desde 2020.

✓ Paralelo ao PNE, há outras políticas públicas que apoiam as redes na conversão das matrículas para o ensino integral, como o Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral e o Programa Escola em Tempo Integral, ambos do Ministério da Educação; e a previsão, no Fundeb, de distribuição de até 50% mais recursos para as matrículas integrais.

Principais recomendações da convidada:



SENADO FEDERAL

- ✓ Ampliar o objetivo constante da Meta 6 do PNE para matrículas em escolas integrais. A projeção dos dados mostra que uma meta de 50% das matrículas em tempo integral e de 70% das escolas integrais, até 2035, é uma meta factível e responsável.
- ✓ Estabelecer metas por etapas da educação básica, e não apenas uma grande meta geral. A separação por etapas garante um crescimento proporcional entre elas, bem como a continuidade que o aluno precisa na educação.
- ✓ Em paralelo à ampliação da escola integral, definir um modelo pedagógico robusto e completo, que olhe para o estudante como um todo, pois a simples extensão do tempo não proporciona os resultados almejados.
- ✓ Deixar a cargo da gestão a decisão acerca da conversão ou não de uma escola para a modalidade integral, e não tomar essa decisão a partir de uma consulta à comunidade. Não necessariamente essa comunidade terá conhecimento de todas as informações e dados relevantes para decidir sobre o tema.

Henrique Lago da Silveira, vice-presidente da Associação De Olho no Material Escolar

Principais tópicos abordados pelo convidado:

- ✓ O PNE, desde que foi concebido, passou por modificações positivas, decorrentes de diversos debates com o governo, que o deixaram mais equilibrado. Necessita apenas de alguns aprimoramentos.
- ✓ A De Olho no Material Escolar é uma associação cuja preocupação é identificar no material didático problemas de falta de referenciais científicos nos livros adquiridos por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). A associação obteve financiamento para um estudo que analisou as referências ao agronegócio contidas no material. A conclusão foi de que o segmento, em geral, era tratado de maneira pejorativa e que a porcentagem de conteúdo com referencial científico era de apenas 3,47%, sendo a maioria fundamentado em opiniões autorais e em matérias jornalísticas.
- ✓ Nos países que possuem melhores indicadores educacionais, as crianças começam a ser alfabetizadas por volta dos seis anos de idade, o que corresponde ao primeiro ano do ensino fundamental no Brasil. Trata-se do momento em que as crianças começam a se tornarem aptas para capturar as informações a partir da leitura, sendo uma escolha corroborada por estudos científicos. Contudo, no País, tem-se lutado por uma alfabetização no segundo ano do ensino fundamental.
- ✓ Importância do incremento que tem havido nas avaliações nacionais de ensino para o entendimento do que está sendo investido, inclusive punindo gestores que não



SENADO FEDERAL

investem o suficiente. No entanto, falta avaliar o quanto esse investimento gera resultados em termos de evolução de aprendizagem, comparando também com o resto do mundo.

✓ Há controle público sobre como investir os recursos do Fundeb, com limitações definidas, mas não há controle sobre a contribuição do investimento para o atingimento das metas de um plano de educação, seja ele nacional, estadual ou municipal.

Principais recomendações do convidado:

✓ Incluir referenciais científicos no material escolar, tanto de ciências naturais, quanto de ciências humanas.

✓ Incluir o tema da alfabetização no primeiro ano do ensino fundamental no PNE, para que a decisão tenha *status* de política de Estado.

✓ Ampliar a conexão entre setor produtivo e ensino técnico, podendo inserir essa modalidade de ensino até mesmo no contraturno, observadas as necessidades do setor produtivo local, de forma que o egresso tenha onde trabalhar e se desenvolver, tanto do ponto de vista social quanto do ponto de vista econômico.

✓ Considerar as avaliações internacionais na política de rendimento acadêmico, em conjunto com os indicadores nacionais.

✓ Criar um relatório de gestão educacional, a ser apresentado em separado ou em conjunto com as contas do gestor público estadual, municipal e federal, para que haja melhor acompanhamento dos investimentos públicos em educação, ampliando tanto o controle social, quanto o controle pelo Ministério Público, pelo Tribunal de Contas e pelo Poder Legislativo.

Rodolfo Barreto Canonico, representante da Associação de Desenvolvimento da Família/Family Talks

Principais tópicos abordados pelo convidado:

✓ A Associação de Desenvolvimento da Família tem como foco o desenvolvimento integral de todas as crianças. Cabe à sociedade, às famílias e ao Estado assegurar esse direito, conforme versa o art. 227 da Constituição Federal, e um dos meios para isso é o PNE.

✓ A vida familiar é uma fonte de oportunidades e um potencializador do desenvolvimento da criança, o que significa que há consequências na educação quando a família enfrenta alguma situação que gera uma disfuncionalidade. Quando a família deixa de ser um lugar de proteção, passa a ser um elemento de risco. É preciso prevenir que isso aconteça, respeitando a diversidade cultural brasileira e sem fazer uma intervenção excessiva ou julgamento baseado na diferença.



SENADO FEDERAL

✓ O PNE prevê entre suas diretrizes, no art. 3º, inciso II, a intersetorialidade como abordagem para o enfrentamento dos problemas da educação no contexto de cada território. Entre seus objetivos, no art. 4º, inclui a proteção e o desenvolvimento na primeira infância, fase da vida da criança onde a participação da família é maior do que nas outras.

✓ Evidências mostram que a maior participação da família na escola está associada a melhor desempenho escolar, além de ser fator de proteção contra evasão escolar. Assim, apesar de ser desafiador envolver a família no desenvolvimento escolar, é uma estratégia barata e eficiente. Há vasta literatura sobre o tema, bem como recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

✓ Atualmente, há uma crise ampla de saúde mental, que, em certa medida, tem relação com as tecnologias digitais. Segundo estudo recente, a restrição do uso de celulares em escolas – iniciativa apoiada pela comunidade docente e por famílias – já mostrou melhorias no aprendizado dos alunos. O uso inadequado também por parte dos profissionais de educação tem impacto negativo nos indicadores de saúde mental dos docentes, reverberando nas crianças.

Principais recomendações do convidado:

✓ Manter as Estratégias 2.9 e 5.17, que, ao tratarem da qualidade da educação infantil e da aprendizagem no ensino fundamental, respectivamente, propõem incentivar o fortalecimento da relação entre escola e família.

✓ Ampliar o escopo do Objetivo 7 (“Promover a educação digital para o uso crítico, reflexivo e ético das tecnologias da informação e da comunicação para o exercício da cidadania.”): incluir os termos “seguro, responsável e equilibrado” em seu texto, mantendo a linguagem adotada no guia de uso de telas da Secretaria de Comunicação Social (Secom) e do Ministério da Educação (MEC); e acrescentar, no final, “em parceria com as famílias, de forma a prevenir os efeitos adversos do uso excessivo das tecnologias digitais”.

✓ Incluir, na nova proposta, a previsão contida na Estratégia 1.12 do PNE ainda vigente (“implementar, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 (três) anos de idade”), com vistas a dar maior objetividade ao previsto no art. 4º, que trata da proteção e do desenvolvimento da primeira infância.

Beatriz Soares Benedito, analista do Instituto Alana

Principais tópicos abordados pela convidada:

✓ O Instituto Alana é uma organização da sociedade civil que trabalha pelo direito de crianças e adolescentes há mais de 30 anos.



SENADO FEDERAL

✓ Houve muitas mudanças desde a criação da LDB, em 1996, principalmente com relação à educação infantil, que se tornou um direito garantido em lei no PNE ainda vigente. No entanto, não foi atingida a meta prevista de matrícula de 95% das crianças nessa etapa de ensino. A maioria dessas crianças não matriculadas são negras, indígenas e vivem nas Regiões Norte e Nordeste do País, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

✓ A meta de 95% de matrículas, prevista para o ensino fundamental no PNE, também não foi atingida.

✓ Para o ensino médio, a meta era matricular 85% dos adolescentes, mas apenas foi alcançada a porcentagem de 75%, com uma porcentagem 10% menor de alunos negros, em comparação com alunos brancos. Isso evidencia que o Estado segue reproduzindo desigualdades raciais, bem como que as políticas seguem falhando com crianças e adolescentes ao longo das suas trajetórias escolares.

✓ Quanto à educação especial, 95% das crianças e adolescentes público-alvo desse segmento foram matriculados nas escolas regulares. A presença desses estudantes nas escolas regulares tem aumentado, o que é positivo. Contudo, é necessário avançar em termos de qualidade da escola que essas crianças encontram, pois apenas 28% dessas escolas têm salas de recursos multifuncionais e apenas 42% dos estudantes da educação especial recebem atendimento educacional especializado. Entre os regentes de sala de aula, 94% não possuem formação em educação especial e, entre os professores do atendimento educacional especializado, 55% possuem formação continuada em educação especial na perspectiva inclusiva.

✓ Estudo conjunto do Instituto Alana e do Geledés, que questionou secretarias de educação acerca da implementação da Lei nº 10.639, de 2003 (que torna obrigatório o ensino de história e cultura negra e indígena), concluiu que 71% das secretarias participantes (mais de 1,1 mil) não a implementam. Ademais, somente 24% dessas secretarias consideram dados de raça e cor para orientar suas políticas educacionais, o que demonstra que as demais não consideram que, dos 9 milhões de estudantes entre 14 e 29 anos que largaram a escola, 71% são negros.

✓ Dados do Observatório da Branquitude mostram que 100% das escolas com melhor infraestrutura têm alunos majoritariamente brancos; enquanto escolas que não têm nem água potável, nem saneamento básico, têm alunos majoritariamente negros.

✓ O Instituto Alana tem compromisso com a educação inclusiva, antirracista, que valorize a cultura e a história dos povos negros e indígenas.

Principais recomendações da convidada:

- ✓ Melhorar a qualidade das escolas que recebem alunos da educação especial.
- ✓ Abordar a equidade como um dos temas urgentes para a próxima década. O PNE deve ser centrado na construção de escolas acolhedoras para todas as crianças.



SENADO FEDERAL

✓ Ampliar a abordagem dada aos desafios do ambiente digital no PNE: fortalecer os critérios e as diretrizes nacionais para adoção e uso de plataformas digitais e de inteligência artificial, de forma a fomentar o desenvolvimento de tecnologias e bens públicos digitais com design ético e participativo, com transparência, proteção de dados e fortalecimento da soberania tecnológica; e estabelecer uma formação inicial e continuada de professores e de gestores da educação básica, tanto para uso das tecnologias de informação e comunicação, quanto para aquisição de competências digitais de proteção de dados, combate à desinformação e uso de recursos educacionais abertos.

✓ Incluir no PNE o tema da emergência climática: organizar estratégias de adaptação da infraestrutura escolar das escolas públicas brasileiras em resposta aos impactos das mudanças climáticas e eventos extremos que já tem acontecido, afetando sobretudo crianças negras.

Mariana Breim, diretora de Políticas Educacionais do Instituto Península

Principais tópicos abordados pela convidada:

✓ Pesquisa da Fundação Getúlio Vargas demonstra que a qualidade do professor é responsável por 60% dos resultados dos alunos no ensino fundamental, mais do que qualquer outro fator. Isso mostra que é primordial pensar em políticas que possibilitem uma boa atuação docente.

✓ O PNE elaborado pelo governo reconhece a centralidade do papel do professor e tem uma abordagem sistêmica para os desafios da profissão, tema constante de 6 metas e 24 estratégias, com destaque para a meta de melhoria da qualidade da formação, que prevê revisão intermediária em cinco anos, o que possibilitará o redirecionamento de rota para esse plano, caso haja necessidade.

Principais recomendações da convidada:

✓ Criar políticas que abranjam todas as etapas de vida de um professor: políticas que atraiam jovens para a docência; políticas de avaliação e regulação na formação superior desses profissionais; políticas de ingresso, para garantir uma boa seleção e para garantir que eles sejam acompanhados nos primeiros anos de profissão; políticas de formação continuada; e políticas de carreira. Ademais, acabar com a precarização dos contratos de professores temporários, dando atenção ao PL nº 3.086, de 2025.

✓ Adequar o texto da Meta 16.a – que assegura que todos os docentes da educação básica possuam formação específica em nível superior, obtida em cursos de pedagogia e licenciatura nas áreas de conhecimento e nas modalidades em que atuam – para incluir docentes da educação profissional e tecnológica, bem como formação pedagógica para graduados que não são licenciados, para ampliar a adequação docente, incorporando



SENADO FEDERAL

diretrizes de 2024 que preveem que essa formação pedagógica complementar deve acontecer em dois anos.

✓ Alterar o texto da Meta 16.c – que trata da garantia da existência de planos de carreira para todos os profissionais da educação, tendo como referência o piso salarial nacional e o limite máximo de dois terços da carga horária para atividades de interação com os educandos – para assegurar que um terço da carga horária seja cumprido em atividades de formação continuada, preparo e planejamento junto a seus pares, visando a criação de uma comunidade escolar que conhece a realidade daquela escola e sabe as melhores estratégias pedagógicas a serem adotadas junto a seus alunos.

✓ Flexibilizar a Meta 16.d – que visa a assegurar que 70% dos profissionais do magistério em cada rede pública de ensino tenham vínculo estável por meio de concurso público até o final da vigência do PNE – para adequar à realidade de redes de ensino em que o número de professores temporários é muito alto, por razões que incluem desde alto índice de absenteísmo dos docentes (em decorrência, sobretudo, do adoecimento mental), ao déficit de profissionais em determinadas disciplinas. O aumento de professores efetivos deve ser gradativo e sem prejuízo da oferta de educação para todos os alunos. Ademais, o País vive uma transição demográfica – com aumento da aposentadoria de professores e diminuição do número de matrículas –, sendo preciso ter cautela para que a meta não cause a realização de concursos grandes e sem qualidade, comprometendo a sustentabilidade fiscal dos estados e dos municípios.

✓ Adequar o texto da Meta 16.e – que visa a assegurar que, no mínimo, 50% dos concluintes dos cursos de pedagogia e licenciaturas alcancem o padrão de desempenho adequado no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) até o quinto ano de vigência do PNE e que, no mínimo, 70% dos concluintes desses cursos alcancem o padrão de desempenho adequado no Enade até o final do decênio –, pois, para que isso seja adequadamente monitorado, é preciso que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) defina a faixa de desempenho adequada, considerando critérios de qualidade para esses cursos.

Adriana Moreira, representante da União de Núcleos de Educação Popular para Negras, Negros e Classe Trabalhadora (UNEafro Brasil)

Principais tópicos abordados pela convidada:

✓ A UNEafro Brasil é uma organização do movimento negro com 16 anos de história, que tem, entre suas atividades, a coordenação de 40 núcleos de educação popular, localizados em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Desde 2023, tem se dedicado a discutir o PNE, tema desconhecido por boa parte da população, notadamente jovens negros que frequentam os cursinhos populares da UNEafro.



SENADO FEDERAL

✓ Em 2024, durante a 2ª Jornada por Equidade Racial na Conferência Nacional de Educação (CONAE), os jovens da UNEafro apresentaram, discutiram e tiveram ações de convencimento e sensibilização para a necessidade de o PNE reconhecer a população negra como sujeito de direito à educação. Quando o projeto do novo PNE foi apresentado pelo Ministério da Educação, houve um encontro de três dias da UNEafro com grupos de trabalho, compostos por representantes de universidades, movimentos sociais, lideranças da educação, famílias e jovens, para discutir o resultado acumulado e a proposta do governo. Para cada área, foram desenvolvidos uma nota técnica e um conjunto de propostas de alterações do PNE.

Principais recomendações da convidada:

✓ Especificar o sentido de equidade constante do PNE, qualificando explicitamente quem são esses sujeitos.

✓ Ampliar o investimento em educação medido em relação ao PIB, algo essencial para dar o salto de qualidade necessário. O Brasil estava progressivamente ampliando o investimento no setor, mas, há alguns anos, estabilizou em 5,1% do PIB. É preciso chegar a 10%, sendo que 3% dos novos 5% estejam articulados com o Valor Aluno Ano Resultado (VAAR), de maneira a garantir que estados e municípios promovam ações de redução das desigualdades raciais e educacionais na educação.

✓ Monitorar a pluralidade dos grupos sociais que têm o direito de acessar e de permanecer no sistema de ensino, para promover o acesso, a permanência e a melhoria do desempenho a todo conjunto da população brasileira, pois o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em vigência é baseado em uma média geral, sem recortes específicos dos grupos mais vulnerabilizados.